



<https://doi.org/10.51880/ho.v25i2.1268>



História oral e memórias transgeracionais para o estudo da escravidão e pós-abolição

Maria Cristina Machado de Carvalho*

Orcid <https://orcid.org/0000-0003-2959-5477>

Universidade de São Paulo, Cátedra de Educação Básica, Instituto de Estudos Avançados, São Paulo, Brasil

Resumo: O objetivo deste artigo é apresentar as narrativas orais transgeracionais como método de pesquisa para o estudo da história da escravidão e pós-abolição. Para melhor cumprir a tarefa, propomos apresentar como utilizamos as memórias transgeracionais para discutir histórias de vida, experiências do cotidiano que as famílias mantêm e transmitem atravessando várias gerações. Recebemos, ainda, valiosas contribuições de pessoas, através de depoimento oral, que se autoidentificavam como descendentes de escravos e de antigos moradores das fazendas fumageiras de São Gonçalo dos Campos (BA). A partir do corpo documental como metodologia de análise decidimos cruzar as informações que retiramos das fontes escritas com os depoimentos orais que recebemos dos coparticipantes da pesquisa.

Palavras-chave: Oralidade. Memórias Transgeracionais. São Gonçalo dos Campos. Escravidão. Crianças.

Oral history and transgenerational memories for the study of slavery and post-abolition

Abstract: The aim of this article is to present transgenerational oral narratives as a research method for studying the history of slavery and post-abolition. To better fulfill the task, we propose to present how we used transgenerational memories to discuss life stories, everyday experiences that families maintain and transmit across several generations. We also received valuable contributions from people, through oral testimony, who identified themselves as descendants of slaves and former residents of the São Gonçalo dos Campos (BA) tobacco farms. Based on the documentary body as an analysis methodology, we decided to cross-reference the information we took from written sources with the oral statements we received from the research co-participants.

Keywords: Orality. Transgenerational memories. São Gonçalo dos Campos. Slavery. Children.

* Pós-doutoranda pela Cátedra de Educação Básica, Instituto de Estudos Avançados (IEA), Universidade de São Paulo (USP). Coordenadora Pedagógica pela Instituição de Ensino Campos do Saber. E-mail: chrilcarvalho@hotmail.com.

Introdução

Aflorando das narrativas, as memórias da escravidão e da pós-abolição são difundidas por pessoas distintas e que não vivenciaram as experiências da escravidão e nem dos anos posteriores à abolição, mas que possuem memórias constituídas a partir das heranças familiares de contação de histórias sobre os feitos de seus ancestrais. Enquanto metodologia norteadora da pesquisa histórica, a tradição oral propaga a história dos que foram silenciados, abre espaço para memórias adquiridas de determinados períodos e espaços históricos a partir da tradição familiar de transmissão de histórias dos ancestrais.

As lembranças individuais compartilhadas com outras pessoas, em ambiente familiar, no trabalho, na escola, na comunidade, tornavam-se memórias coletivas. Percebemos o lugar de arguição e transmissão de memórias individuais em consonância com Maurice Halbwachs (1990), ou seja, na perspectiva e confluência sobre a memória coletiva. Deste modo, as memórias familiares acerca de eventos não vivenciados pelos interlocutores fazem sentidos a partir das interações sociais experimentadas e compartilhadas por aqueles que as detêm. Dessa maneira, as memórias individuais sobre as experiências da escravidão ancoram-se em diversos pontos de referências e rastros significativos para a pessoa e para o grupo. Conforme Alessandro Portelli, “a memória é um processo individual que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados” (Portelli, 1997, p. 16).

Outro ponto que não podemos perder de vista sobre as memórias é a sua longa duração. Jacques Le Goff (1990) adverte que o passado desfruta de uma longa duração, uma vez que seu ponto de referência é o presente. Le Goff nos ajuda a examinar as fontes (tradição oral) e situar os problemas que são os motores da pesquisa, que são a transcendente memória da escravidão nas narrativas familiares, presente na 3ª e 4ª gerações, inserindo-se numa perspectiva de longa duração – o que implicaria, também, a complexa relação entre passado, presente e futuro. Na coletânea intitulada *História e memória*, Le Goff (1990, p. 208) procura demonstrar que “A distinção passado/presente (futuro) é maleável e está sujeita a múltiplas manipulações”. Deste modo, conforme o autor, através da História, o ser humano atribui a inflexão da relação entre passado, presente e futuro. Recorrendo a História, as pessoas buscam, no passado (memórias), experiências que sejam capazes de instruí-las no presente e, ademais, memórias permanentes que dão sentido ao indivíduo e ao grupo, independentemente da distância entre presente e passado.

Além da longa duração e dos constantes processos de atualização, as memórias também são fadadas ao esquecimento. Vemos esse fenômeno aparecendo nos estudos de Michael Pollak (1989), quando a memória é compreendida como uma capacidade seletiva, no processo de reconstrução, em que os indivíduos reconstróem a si mesmos através da “permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido”,

de forma que “o que está em jogo na memória é também o sentido de identidade individual e de grupo” (Pollak, 1989, p. 9-10). Conforme Marieta de Moraes Ferreira (2002, p. 321) “A memória é também uma construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível, e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente”.

É na perspectiva de longa duração e reconstrução das memórias que as narrativas orais se tornaram reconhecidas como parte do *corpus* documental para a operação historiográfica. Da mesma forma que as fontes escritas, as fontes orais passaram a ser utilizadas pelos historiadores a partir dos anos de 1970, estando inseridas na chamada história do tempo presente, através de “entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente.” (Alberti, 2005, p. 155).

Na década de 1990, Hebe Mattos e Ana Lugão, através do projeto *Memórias do cativo* (2005), inauguram um novo modo de conceber a história oral. A pesquisa sobre as memórias do cativo permitiu redefinir as metodologias em história oral e franquear novas configurações de construção do discurso historiográfico. Neste sentido, as pesquisas realizadas por Hebe Mattos e Ana Lugão foram de grande contribuição para o cruzamento de fontes e adensamento teórico. As autoras, ao fazerem uso mais extenso da história oral e das lembranças dos ex-escravos e seus descendentes, nascidos nas primeiras décadas do século XX, permitiram redefinir o uso da história oral como fonte historiográfica para seguir a trajetória de famílias negras nos finais do século XIX.

Assim, seguimos a linha metodológica da genealogia e das memórias narradas pelos descendentes de escravizadas, os quais narram histórias vividas pelos ancestrais no tempo da escravidão. Partimos da perspectiva de que as memórias que as famílias mantêm e transmitem de geração a geração possuem relevância do ponto de vista histórico, cultural e social. Destarte, identificamos e classificamos narrativas sobre o tempo da escravidão que permanecem vivas nas memórias de terceiras e quartas gerações familiares. A escrita historiográfica explorou memórias individuais e coletivas de longa duração presentes na difusão da tradição familiar dos narradores.

Bem como as fontes escritas, as narrativas orais seguem o mesmo rigor metodológico. Maria de Lourdes Janotti (2010) lembra sobre a constituição da epistemologia da história e as rigorosas intervenções metodológicas empregadas por pesquisadores que utilizam fontes orais. A autora alerta sobre a “necessidade de serem analisadas fontes múltiplas e não exclusivamente fontes orais” (2010, p. 9). Conforme Janotti,

Não resta dúvida que a história oral, a partir dos anos 1970, quebrou uma série de paradigmas anteriores e continua em fase de construir seus próprios. Metodologia baseada em testemunhos, aprimora suas técnicas defendendo um campo próprio e interdisciplinar apesar de estar incorporada na maioria dos trabalhos sobre o tempo presente e a história imediata. Tarefa em grande parte política, onde a conquista

de territórios institucionais exclusivos exige constante empenho. (Janotti, 2010, p. 11).

Deste modo, utilizando a metodologia da história oral, a qual consiste na realização de entrevistas gravadas com pessoas de diferentes gerações para saber sobre o conhecimento, saberes, modos de vida, acontecimentos e outros aspectos da história da escravidão que seus ascendentes testemunharam e/ou transmitiram. Indagamos sobre as histórias mantidas e difundidas pelos familiares sobre o tempo da escravidão. A partir dessa indagação debruçamo-nos sobre a natureza dos fatos pesquisados, ou seja, como e porque aquelas memórias estão vivas e foram transmitidas pelos familiares. As narrativas analisadas apresentam histórias do passado que se ouviu contar, mescladas ao passado das experiências vivenciadas pelos participantes. Essas experiências vivenciadas são notadas nas narrativas, na transmissão que atravessa as gerações dos interlocutores.

Um ponto importante para refletirmos sobre a construção e a difusão das memórias do passado a partir das narrativas orais são as multiplicidades dos tempos. O mesmo foi percebido por Tania Gandon (2001, 2005), ao tratar sobre a história contada pelos pescadores de Itapuá. Nas narrativas aparecem em intercessão o “tempo dos antigos” ou “dos mais velhos”, relatos de acontecimentos que ouviram falar; “no meu tempo”, refere-se às temporalidades vividas pelos entrevistados; o “hoje”, é a história que dá conta do presente imediato e as transformações radicais que os entrevistados vivenciam no presente.

As memórias dos antepassados figuram na rede de fontes para a história local, de modo a fornecer subsídios a futuras investigações sobre as histórias do período da escravidão. Deste modo, essas memórias familiares, que narram o tempo dos antigos, são repassadas de geração a geração, tornando-as tradições orais: memórias transgeracionais, das quais o fio condutor é a família, que as mantém vivas e difundem em diferentes gerações através da oralidade. As narrativas transgeracionais permitem revelar algo do cotidiano do pretérito, a partir do olhar do presente, sanando as lacunas de informações sobre as crianças escravizadas dos registros documentais da época.

É possível perceber que, diferente das concepções das transmissões traumáticas evidenciadas pela psicanálise, em que os sujeitos transmitem seus traumas e medos inconscientemente para as futuras gerações, a transmissão das experiências, dos costumes, dos modos de fazer e saber é um processo consciente, ocorre em nível verbal e com expressão corporal durante as narrativas das histórias, nas quais os detentores do conhecimento apreendido estão envolvidos numa cadeia genealógica, cultural e social de significantes. Nesse sentido, as narrativas orais analisadas são produtos de muitas heranças que ocorrem no interior de cada grupo e comunidade, mas também das heranças e relações estabelecidas com os diferentes grupos e comunidades em que entram em contato. As memórias transgeracionais transluzem a revivescência das experiências, dos modos de fazer e saber, o entrelaçamento dos fios, que ligam as diversas

temporalidades, espaços, sujeitos e grupos presentes na memória e que garantem a continuidade dos saberes e dos conhecimentos transmitidos pela ancestralidade.

A perspectiva transgeracional da memória não se restringe apenas a percepção do sujeito (guardião e difusor das memórias) como produto de muitas heranças que ocorrem no interior de sua família, mas as narrativas são heranças de distintas gerações, ou seja, heranças que a pessoa recebe no contexto em que sua família está inserida – antes de seu nascimento, seguindo seu desenvolvimento. Deste modo, o termo transgeracional é “representativo dos processos que são transmitidos pela família de uma geração a outra e se mantêm presentes ao longo da história familiar” (Falcke; Wagner, 2005, p. 26). Assim, a compreensão das narrativas familiares serve para conhecer as experiências das gerações anteriores e também para entender onde estão alicerçadas as memórias familiares da última geração. As memórias transgeracionais sobre o tempo dos antigos expressam e se reproduzem culturalmente através das narrativas orais aprendidas histórica e socialmente pelo grupo familiar que as detêm e difunde.

Portanto, os registros das narrativas e sua análise estão de acordo com os métodos e procedimentos estabelecidos pela história oral (Silva; Silva, 2010, p. 42). Nesse sentido, seguindo esses procedimentos optamos em conduzir os diálogos com as pessoas participantes a partir de questões abertas permitindo que elas falassem livremente sobre as histórias que ouviram falar.

Entre as pessoas que participaram da pesquisa, duas descendentes de mulheres escravizadas, mais idosas, falaram sobre o período da escravidão e sobre seus ancestrais, sem que houvesse qualquer intervenção da pesquisadora para que elas lembrassem o assunto. Essas memórias voluntárias tornaram mais interessantes as questões tratadas neste texto. Não obstante, todos os participantes falaram sobre as lembranças transmitidas de maneira voluntária. De modo especial, chamo a atenção para as recordações contadas por meus ancestrais desde meu tempo de infância, e que obviamente serão desvendadas através das narrativas históricas.

História oral e memórias transgeracionais do tempo da escravidão e pós-abolição

A base que alicerça a sistematização de um método de pesquisa em que a história oral é usada como fonte de investigação para responder questões do tempo da escravidão foi induzida, quiçá, pelas escutas consecutivas de histórias que contava meu pai, Expedito Pinheiro de Carvalho. Nas suas narrativas apareciam um cenário que sua mente mantinha vivo, mas que já “não existia” no tempo presente. Parte das lembranças, conforme o interlocutor, foi constituída em seu tempo de infância, outra parte das histórias, foi herdada de sua avó Teodora. As narrativas, que Expedito gostava

de contar aos filhos e netos, eram um emaranhado de memórias transgeracionais, “do tempo antigo”, não vivenciado por ele, detentor da memória, mas que exibem o entrelaçamento dos fios de três gerações e que ligam diversas temporalidades, espaços, sujeitos e grupos presentes na história. Assim, através do poder da palavra, meu pai nos fazia viajar pelo mundo não vivido e desconhecido das fazendas, das roças, dos objetos que existam nas fazendas, do trabalho de um tempo distante do nosso, mas que com as narrativas histórias pareciam tão perto.

Durante a investigação sobre o trabalho de crianças escravizadas no século XIX, em São Gonçalo dos Campos (BA),¹ as narrativas transgeracionais, ao serem entrelaçadas aos vestígios detectados nas fontes escritas e bibliografias sobre tema, guiavam-me às experiências vividas e as transmitidas (tempo do contado) pelos meus ascendentes, sobre crianças no tempo da escravidão. Essas lembranças nos levaram a investigar se outras famílias dessa mesma cidade também guardavam histórias dos antepassados. Para nossa surpresa, as lembranças do período da escravidão e pós-abolição eram transmitidas de geração a geração, acontecimento comum à memória coletiva de famílias daquele local, especialmente na memória de pessoas mais velhas, como alusão ao sofrimento, à relação de poder imposta pelos proprietários de terras e às estratégias de liberdade, em particular de mulheres que trabalhavam e constituíam famílias nas fazendas em que trabalhavam.

As histórias do meu pai, Expedito Pinheiro de Carvalho,² sobre o tempo passado, por ele não vivido, traziam as experiências de minha bisavó Teodora. Conforme as narrativas, ela era filha de escrava. Desconhecemos mais informações a seu respeito, apenas nos foi transmitido pelas memórias transgeracionais que não era de seu consentimento ser forçada a trabalhar em uma fazenda, localizada em Senhor do Bonfim, pertencente ao município de Feira de Santana (BA). Nas narrativas que foram transmitidas por quatro gerações, Teodora aparece resistindo a escravidão. Muitas vezes esquadrinhou sua liberdade e empreendeu uma melhor maneira de viver através de fugas.

Teodora difundia suas experiências para seus filhos e netos. Narrava que ela era forçada a trabalhar por ser filha de escrava. Dessarte, aqueles que se autoafirmavam como proprietários de sua mãe achavam que igualmente podiam exercer poderes sobre ela (Teodora). Não obstante, os fios das memórias que ligam as narrativas não especificavam o tempo do nascimento de Teodora, porém é possível sugerir que seu nascimento se deu após o ano de 1871, ou seja, depois de promulgada da Lei n.º 2.040,

¹ O município de São Gonçalo dos Campos está localizado a 108 km de Salvador, e a 16 m de Feira de Santana. Até 1884, São Gonçalo pertencia à Comarca de Cachoeira. As terras limitam com Conceição da Feira, Feira de Santana, Cachoeira, Santo Amaro e Antônio Cardoso. Deste modo, historicamente teve sua identidade construída a partir das experiências que integram o território Recôncavo da Bahia, atualmente, por questões administrativas, está incluído no Território Portal do Sertão, isso sem levar em consideração as questões de identidade e formação do território.

² Entrevista concedida em 25 de março de 2011 (Carvalho, 2020).

Lei do Ventre Livre, que considerava livre todos os filhos de mulheres escravizadas nascidos a partir de então. Porém, em contradição a condição de livre existia uma cláusula que limitava a liberdade, pois os senhores e as senhoras podiam, através da tutela, usar a mão de obra destas crianças, bem como o controle sob seus corpos, como advertiu Ione Celeste Jesus de Sousa (2006). Conforme Maria Aparecida Papali (2002), por meio da tutela era concebível aos senhores e senhoras continuidade da exploração a mão de obra dos nascidos de ventre livre até a sua maioridade. As pesquisas sobre crianças nascidas a partir do ventre livre, ou mesmo posterior a 1888, evidenciavam que o mesmo instrumento que garantia a liberdade trazia consigo mecanismos de controle. Sidney Chalhoub nos diz que:

A contradição entre os princípios da liberdade e da propriedade privada colocava um problema delicado: era preciso encaminhar a extinção gradual da escravidão evitando-se o perigo de desavenças ou divisões mais sérias entre os próprios grupos proprietários e governantes. (Chalhoub, 1990, p. 122).

Portanto, as memórias do tempo da escravidão, a partir das narrativas orais das famílias em São Gonçalo dos Campos, consentem com as pesquisas da história e com as crônicas literárias. Como podemos ver em Machado de Assis, na crônica *19 de maio de 1888*, que narra sobre a liberdade concebida ao escravizado Pancrácio. Mesmo tendo recebido a liberdade do senhor dias antes da abolição, permaneceu sob o mando do antigo senhor, pois lhe faltava condições materiais para viver na condição de liberto. Por meio da crônica, Machado ironiza a contradição da abolição da escravidão e como o novo cotidiano foi sendo construído pelos antigos senhores de escravos nos dizendo que:

Pancrácio aceitou tudo; aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por não me escovar bem as botas; efeitos da liberdade. [...] Tudo compreendeu o meu bom Pancrácio; daí pra cá, tenho-lhe despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas, e chamo-lhe besta quando lhe não chamo filho do diabo; cousas todas que ele recebe humildemente, e (Deus me perdoe!) creio que até alegre. (Assis, 1973, p. 489).

Nesse trecho da crônica *19 de maio de 1888*, Machado chama atenção para o convívio social e a posição política assumida pela aristocracia frente ao sistema escravagista. Em contraposição à liberdade em 13 de maio de 1888, Assis mostra que a autoridade dos senhores foi mantida, tanto moral como fisicamente, pois utilizavam, além do trabalho forçado de ex-escravos, surras e castigos corporais. No texto, ex-escravos, embora legalmente livres, sem condições materiais para viverem em liberdade, não encontraram outra opção a não ser continuar prestando serviços aos antigos senhores em troca de moradia e alimento.

Não diferente dessa crônica, as narrativas transgeracionais indicam que a falta de condições econômicas foi um dos motivos para que os ex-escravizados, seus familiares e descendentes permanecessem prestando serviços aos antigos senhores. Nas narrativas que contam a história de Teodora, os descendentes reforçam a sua condição de liberdade e a necessidade de se distanciar do tempo do cativo, afirmando que por consecutivas vezes Teodora tentou fugir para bem longe da fazenda, distanciando-se do convívio social que se assemelhava às condições impostas a sua mãe no período da escravidão. Os vestígios que aparecem nas memórias de Expedito remetem à ligação da experiência de sua avó, nascida no tempo de liberdade, com as experiências de sua bisavó, escravizada em Bonfim de Feira. Também existe uma narrativa que evidencia que para Teodora se tornar materialmente livre foi obrigada a fugir e migrar para outra região. O deslocamento de libertos no final do século XIX foi percebido por Walter Fraga Filho (2006) em documentos oficiais do período. Edinélia Maria Oliveira Souza adverte que os egressos da escravidão e seus descendentes reinventaram a sua liberdade e práticas de lutas para garantir sua sobrevivência e cidadania, como apresentamos no trecho a seguir:

Ali e acolá, nos tempos que se seguiram à abolição, os egressos da escravidão e seus descendentes foram reinventando a sua liberdade e as práticas de luta que lhes garantissem sobrevivência e cidadania. As vivências do pós-abolição, imbricadas no contexto de um Estado republicano em formação, cujas instituições apresentavam-se de modo bastante precário e, portanto, flexíveis em seus princípios normativos, são revisitadas a partir do enfoque na capacidade e na maneira como os indivíduos agenciavam suas experiências e se relacionavam naquela sociedade. (Souza, 2013, p. 64).

Através das memórias orais é possível detectar indícios sobre um tempo não vivido, histórias de lutas e liberdade que os descendentes mantêm demonstrando que “a memória tem um papel significativo como mecanismo cultural para fortalecer o sentido de pertencimento a grupos ou comunidades” (Jelin, 1998, p. 10). Não é simplesmente narrar as histórias do tempo passado, mas através das narrativas da trajetória de escravizados e de seus descendentes, os interlocutores reelaboram os significados da liberdade e das categorias sociais de gênero, classe e etnia transformando-se em sujeitos políticos. Essas narrativas decorrentes da multiplicidade de sujeitos – descendente de escravizadas, mulheres, homens, crianças, trabalhadoras/es, mães, pais, nesse processo, constroem suas identidades ao lado da luta contra o racismo e a conquista de moradia, trabalho, sobrevivência e liberdade.

Em outra narrativa, apresentamos Dona Diva Ramos da Silva³ como uma das participantes de nossa pesquisa. Sua participação foi através do convite feito por uma de suas filhas. Na ocasião, eu estava catalogando pessoas que tivessem interesse em

³ Entrevista concedida em 7 de outubro de 2012 (Carvalho, 2020).

participar das entrevistas. Sua filha Zélia, sabendo da pesquisa, sugeriu que fizéssemos a entrevista com sua mãe, pois conhecia muitas histórias do tempo da escravidão e pós-abolição que poderiam contribuir conosco. Na oportunidade, Dona Diva tinha 90 anos de idade. Ao chegar para entrevistá-la, percebi que eu não conseguiria conduzir a entrevista. Dona Diva já tinha um roteiro na cabeça e iria nos contar fielmente como ela havia aprendido de sua mãe.

Dona Diva expôs, em suas memórias transmitidas pelas ancestrais, que muitas famílias escravizadas moravam nas terras da Fazenda Arengas, de seu avô Tibúrcio Barreiros. Entre as diversas famílias de escravos que residiam e trabalhavam para Tibúrcio Barreiros, encontra-se a sua bisavó, a escrava Maximiliana. Em suas narrativas, Dona Diva evoca as lembranças de seu tempo de infância, contando que apesar do “privilegio de ter sido neta do proprietário da fazenda, as recordações do tempo da escravidão que teria passado as matriarcas de sua família, da vida de trabalho na roça, das atividades em torno da casa eram muito exaustivas” (Carvalho, 2020, p. 187). As narrativas de Dona Diva trazem à tona as fronteiras étnicas e sociais que caracterizam as famílias que habitavam na fazenda. Suas memórias evidenciam o movimento que contribuiu para a formação identitária, no contexto de pós-abolição, das mentalidades dos antigos senhores, estas constituídas no período colonial.

Um ponto que Dona Diva fez questão de tratar foi referente às relações sexuais ilícitas que Tibúrcio Barreiros tinha com suas escravas na idade de 12 a 14 anos. Dona Diva relatou que sua mãe, Agostinha, nasceu a partir da relação sexual ilícita que tivera Tibúrcio Barreiros com a filha da escrava Maximiliana, chamada de Maria, com apenas 13 anos de idade. Sem entrar de maneira minuciosa nesse assunto, chamo a atenção para a idade das filhas de escravas com quem o proprietário, idoso, segundo consta nas narrativas, constituía relações sexuais. Na perspectiva historiográfica, eram crianças, mas na mentalidade patriarcal/colonial do ex-senhor de escravos eram moças, as quais possuía poderes e direitos sobre seus corpos, para manter relações sexuais forçadas e ilícitas.

As narrativas transgeracionais transitavam em diferentes tempos históricos, deste modo, foi possível perceber vestígios do tempo da escravidão, nos trazendo histórias de crianças escravizadas em torno das fazendas fumageiras. Em companhia de suas mães, as crianças escravizadas dirigiam-se às roças cumprindo pequenas tarefas, como recordou Expedito. Nesse momento da narrativa, o participante traz comparações entre a infância escravizada e sua infância, dizendo que ele também bem cedo aprendeu o ofício trabalhando nas roças de fumo, mandioca, milho, feijão, amendoim. Também catava café dos cafezais que existiam na fazenda de seu avô João Barreiros. Ele dizia que, embora em sua infância trabalhasse para ajudar seus pais, não era igual ao tempo da escravidão, que as crianças eram forçadas a trabalhar e que se não fizessem o trabalho direito e em obediência eram levadas para o tronco. Esse tronco, ele alcançou. Ficava no quintal da fazenda, em frente da casa. Não se usava mais, porém servia de lembrança

do tempo da escravidão, bem como lembrava aos trabalhadores rendeiros que deveriam fazer as tarefas da fazenda sem preguiça ou questionamento.

Essa narrativa é interessante porque os utensílios que constituíam o espaço da fazenda emitiam uma informação sobre um tempo de trabalho forçado, mas não deixavam os trabalhadores, egressos da escravidão, esquecerem que eles deveriam continuar mantendo obediência ao proprietário das terras em que eles recebiam a moradia e as terras para trabalharem. Esse tipo de trabalho era chamado de rendeiro. As memórias dos participantes evidenciam que o rendeiro, egresso da escravidão, possuía o acesso à terra, consentido pelo proprietário, para cultivar e tirar o sustento da família; em troca, deveria pagar pelo uso da terra, estabelecer vínculos com a terra e com quem a cedeu, trabalhando não só para si, mas para o proprietário.

As narrativas transgeracionais são importantes para percebermos não só as histórias contadas ou vividas pelos ancestrais, mas para entender como os descendentes construíram suas memórias da escravidão. Observamos, portanto, que existe uma transmissão para os descendentes diretos ou para aqueles que se tornam descendentes através de laços de parentescos constituídos através dos enlaces matrimoniais, ou através da amizade e solidariedade que desde o período da escravidão aquela população massacrada sabia muito bem fazer. As pesquisas destacam como mulheres escravizadas constituíram laços de solidariedade a fim de propiciar proteção entre elas e para os seus. Do mesmo modo, os descendentes de escravizadas e ex-escravizadas constituíam redes em torno do samba de roda, das festas nos terreiros, nos quintais de casa, nas roças, nos adjutórios, nas casas de farinha, e relembavam as experiências de seus ancestrais através da música de trabalho, dos sambas de roda, das histórias que compartilhavam. Histórias que outrossim são contadas por mim não só através das narrativas orais, mas também através dos estudos da história por meio do método da história oral.

Meu pai sempre fez questão de rememorar as experiências que definiram sua identidade étnico-racial em sua juventude. Sua participação em festas e folias existentes no Recôncavo, especialmente o Cururu de São Cosme e Damião, as festas juninas e as Folias de Reis, sempre foram, por ele, vistas como locais de encontros, assim como caminhos de conflito e formação de identidades, pois além dos inúmeros significados e interpretações que as festas e folias carregam para aquelas populações do Recôncavo, naqueles locais emergiram vários diálogos em torno dos laços de parentescos.

Expedito Pinheiro de Carvalho conta-nos que a aceitação de seu pertencimento por parte de seus parentes brancos se deu apenas pelo lado paterno, pois a parte materna descendia de uma mulher negra, “rapariga”⁴ de Janjão Barreiros (João Barreiros), como era conhecido seu avô. Assim, conta que sofria o racismo de seus primos, não só por não ser branco, mas por ser neto de uma negra que havia fugido da escravidão em Bonfim de Feira, tendo, por fim, filhos/as com João Barreiros fora do laço matrimonial.

⁴ Termo usado pelo entrevistado. Conforme sua explicação, rapariga significa amasiada, ou seja, não casada.

Essas memórias transgeracionais são mais relevantes, pois algumas experiências relativas aos laços de parentescos e às relações laborais dessas famílias que mantêm essas lembranças, parecem se perpetuar no século XXI. Assim como as resistências às relações de trabalhos forçados, ainda, na infância, essas memórias aparecem fortemente nas rodas de conversas familiares.

Em África, as tradições orais exibem as marcas das experiências humanas de um povo ao longo dos tempos, como afirma Jan Vansina (2010). No Brasil, uma das matrizes que informam a tradição oral diz respeito às influências dos africanos. Traficados, os diferentes povos, que aqui chegaram, eram guardiões responsáveis por transmitir as memórias das experiências de seus antepassados.

No Recôncavo da Bahia, as narrativas orais recebem sua carga de tradição dos vários povos africanos que adentram e permanecem como parte de nossa cultura. Deste modo, os descendentes de africanos permaneceram durante várias gerações mantendo as tradições da oralidade, assim como assegurando que as memórias dos ancestrais fossem mantidas pelos seus descendentes. Esses guardiões são trabalhadores na agricultura familiar, povos originários de comunidades quilombolas, mulheres que possuem saberes culinários, bem como músicos, poetas, estudiosos, dançarinos, mestres conhecedores de diferentes artes e ofícios, pintores, costureiras, benzedoras e contadores de histórias.

Lisa Earl Castillo e Luis Nicolau Parés (2007) afirmam que no campo religioso de matriz africana, como no Candomblé e nas sociedades afro-brasileiras, mantêm-se vivas as tradições orais transmitindo seus conhecimentos religiosos para diversas gerações. Essa tradição de compartilhar os saberes através das gerações pode ser percebido entre pessoas de outras áreas de atuação. Senhor Antônio Silva, Caboclo, homem negro, artista plástico, com 90 anos de idade, durante toda sua vida se dedicou através da arte em tornar eternas as histórias, as manifestações religiosas afro e arquitetura do município. Se Caboclo, como é conhecido, tem se dedicado a passar seu saber para seus parentes próximos, bem como, para aquelas pessoas que tenham interesse e dedicam-se a conhecer sua arte. O uso da palavra existe a partir do diálogo, na contação de histórias de acontecimentos passados, no ensinamento dos saberes, das técnicas de trabalho, entre outros modos de viver e fazer, que se mostraram como práticas importantes do dia a dia das famílias e comunidades. Na transmissão oral das famílias em São Gonçalo, as palavras têm poder, seja de conhecimento, de aprender, de manter viva a tradição, assim como de agir.

Conforme Amadou Hampâté Bâ, filósofo, escritor e intelectual africano:

Um mestre contador de histórias africano não se limitava a narrá-las, mas podia também ensinar sobre numerosos outros assuntos [...] porque um ‘conhecedor’ nunca era um especialista no sentido moderno da palavra mas, mais precisamente, uma espécie de generalista. O conhecimento não era compartimentado. O mesmo ancião [...] podia ter conhecimentos profundos sobre religião ou história, como

também ciências naturais ou humanas de todo tipo. Era um conhecimento [...] segundo a competência de cada um, uma espécie de ‘ciência da vida’; vida, considerada aqui como uma unidade em que tudo é interligado, interdependente e interativo; em que o material e o espiritual nunca estão dissociados. E o ensinamento nunca era sistemático, mas deixado ao sabor das circunstâncias, segundo os momentos favoráveis ou a atenção do auditório. (Bâ, 2003, p. 174-175).

Nas concepções de Bâ, o uso da palavra garante e preserva os saberes e ensinamentos ancestrais, dando continuidade à vida, pois a palavra possui energia vital, tem capacidade criadora e transformadora. Portanto, nas tradições dos descendentes de povos africanos no Brasil, a palavra conta memórias de lutas e resistência ao trabalho escravizado. Quando eles e elas narram sobre o mundo do cativo e as experiências dos ancestrais nesse mundo, ressignificam as experiências do tempo presente. Do trabalho que, embora vivessem no tempo de liberdade, ainda, por sucessivas gerações, trazia as marcas da escravidão.

Lembremos do papel dos *griots*, que são os guardiões dos ensinamentos e das memórias culturais nas comunidades. Conforme a tradição, eles são responsáveis por guardar e manter viva as histórias seculares de seus povos. Hampâté Bâ discorre sobre os *griots*, nas mais diversas categorias de contadores de histórias em África, como exemplo, o autor lembra de Flateni, uma célebre cantora e antiga *griot* do rei Aguibou Tall, que em seus “cantos arrancavam lágrimas até dos mais empedernidos” (Bâ, 2003, p. 255). Citemos, ainda, os Doma 3, considerados como os mais nobres contadores. Eles criavam harmonia, organizavam o ambiente e as reuniões da comunidade (Souza; Souza, 2013).

À luz da tradição oral, as memórias transgeracionais podem ser vistas como uma fonte de estudos sobre as experiências, as trajetórias, lutas por liberdade de homens, mulheres e crianças no tempo da escravidão e pós-abolição. Todavia, o uso do método de história oral para tratar sobre o tempo da escravidão faz sentido se compreendermos que as narrativas guardadas pelos descendentes e guardiões dessas memórias estão relacionadas às tradições orais trazidas de África. Os descendentes, através da narrativa, propõem manter vivas as experiências dos ancestrais que resistiram à escravidão a que foram duramente forçados.

Considerações finais

Procuramos neste artigo enfatizar a importância do método da história oral para o estudo da escravidão em São Gonçalo dos Campos, no Recôncavo da Bahia. As memórias transgeracionais transluzem a revivescência das experiências da escravidão através das narrativas contadas pelos ancestrais. Nas narrativas, identificamos o

entrelaçamento dos fios que ligam as diversas temporalidades, espaços, sujeitos e grupos presentes na história e que garantem a continuidade dos saberes e mantém vivas as experiências da ancestralidade. Por sua vez, as narrativas transgeracionais apresentam-se como mais uma possibilidade de leitura do social com aporte de múltiplos construtos sob a perspectiva de uma realidade não vivida, mas que ao longo de diversas gerações foram transmitidas pelos descendentes.

Referências

- ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 155-202.
- ASSIS, Machado de. 19 de maio de 1988. In: ASSIS, Machado. *Obra Completa*, v. III. 3. ed. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1973. p. 489-491.
- BÂ, Amadou Hampâté. *Amkoullel, o menino fula*. São Paulo: Palas Athena: Casa das Áfricas, 2003.
- CARVALHO, Maria Cristina Machado de. *Crianças e Escravidão: cotidiano e trabalho - São Gonçalo dos Campos/BA – 1835/1871*. Tese (Doutorado em História) – UFRRJ, Seropédica, RJ, 2020.
- CASTILLO, Lisa Earl; PARÉS, Luis Nicolau. Marcelina da Silva e seu mundo: novos dados para uma historiografia do candomblé Ketu. *Afro - Ásia*, Salvador, n. 36, p. 111-151, 2007.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FALCKE, Denise; WAGNER, Adriana. A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: definição de conceitos. In: WAGNER, Adriana (Org.). *Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005. p. 25-46.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 314-332, dez. 2002.
- FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia, (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.
- GANDON, Tania Risério d'Almeida. Entre memória e história: tempos múltiplos de um discurso a muitas Vozes. *Projeto História*, São Paulo, v. 22, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/10733>. Acesso em: 6 jul. 2022.
- GANDON, Tania Risério d'Almeida. Etnotexto e identidade cultural na construção da memória. *Revista da FAEEBA*, Salvador, v. 14, n. 23, p. 227-233. jan./jun. 2005.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Rio de Janeiro: Vértice, 1990.
- JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. A incorporação do testemunho oral na escrita

historiográfica: empecilhos e debates. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 9-22, jan./jun. 2010.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão *et al.* Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MATTOS, Hebe Maria; LUGÃO, Ana. *Memórias do cativo*: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PAPALI, Maria Aparecida Chaves Ribeiro. *Escravos, libertos e órfãos*: a construção da liberdade em Taubaté (1871-1895). São Paulo. Annablume: FAPSP, 2002.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade. *Projeto História*, São Paulo, v. 14, p. 7-24, 1997.

SOUSA, Andréia Lisboa de; SOUZA, Ana Lúcia Silva. Oralidade – Cantos e re-encantos: vozes africanas e afro-brasileiras. *Portal Geledés*, São Paulo, 14 out. 2013. Disponível em: https://www.geledes.org.br/oralidade-cantos-e-re-encantos-vozes-africanas-e-afro-brasileiras/?gclid=Cj0KCQjw8eOLBhC1ARIsAOzx5cGIMnuANjbOLsu70XCQI4Q1YI9d9xTWpVndcMp4-jnjU-UBXVAXHuUaAuTtEALw_wcB. Acesso em: 6 jul. 2022.

SOUSA, Ione Celeste Jesus de. *Escolas ao povo*: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890. Tese (Doutorado em História) – PUC, São Paulo, SP, 2006.

SOUZA, Edinélia Maria Oliveira. História oral, memórias e campesinato negro/mestiço na Bahia pós-abolição. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 55-71, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/310/pdf>. Acesso em: 6 jul. 2022.

SILVA, Joana Aparecida Fernandes; SILVA, Giovani José da. História indígena, antropologia e fontes orais: questões teóricas e metodológicas no diálogo com o tempo presente. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 33-51, jan.-jun. 2010.

VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. In: KI-ZERBO, Joseph (Ed.). *História geral da África I: Metodologia e pré-história da África*. 2.ed. rev. Brasília: Unesco, 2010. p. 139-166.

Recebido em 29/10/2021

Versão final reapresentada em 31/05/2022

Aprovado em 09/06/2022